

00100.10 2243/2016 - 29
muni



Associação Paulista
do Ministério Público

Senado Federal
À Comissão de Constituição,
Justiça e Cidadania.

Junte-se ao processado do
PLC
nº 7, de 2016.

Em 13/07/16

São Paulo, 28 de junho de 2016.

[Signature]
Lidimário Santos

Ofício APMP nº 174/2016 - Secretaria

Excelentíssimo Senhor Presidente:

A **Associação Paulista do Ministério Público**, por seu Vice-Presidente, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, encaminhar Nota Técnica desta entidade, em anexo, que versa sobre o Projeto de Lei da Câmara 07/2016, ora em curso perante a E. Comissão de Constituição e Justiça do Colendo Senado Federal.

Sem mais, reitero a Vossa Excelência protestos de elevada estima e alta consideração.

[Signature]
Márcio Sergio Christino
1º Vice-Presidente da APMP

À SUA EXCELENCIA
Doutor **RENAN CALHEIROS**
DD. Presidente do Senado Federal.
Brasília/DF

NOTA TÉCNICA APMP

(PLC 7/2016)

A Associação Paulista do Ministério Público (APMP) externa sua preocupação com a proposta substitutiva ao Projeto de Lei da Câmara 7/2016, cuja eventual aprovação trará grave violação à proteção jurídica de direitos fundamentais, especialmente quanto ao princípio da reserva judicial.

A proposta do Deputado Sergio Vidigal procurou aprimorar o trabalho legislativo, reapresentando projeto cujo escopo é, em síntese, de estabelecer normas gerais sobre o atendimento da autoridade policial dispensado a hipótese de violência doméstica, acrescentando-se, pois dispositivos legais à Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, designada como Lei Maria da Penha.

Essa proposta foi alvo de substitutivo e, já no Senado Federal, recebeu na Comissão de Cidadania e Justiça parecer favorável, com a qual discordamos de modo parcial.

De modo direto a APMP apoia os termos da Nota Técnica apresentada pela Associação Nacional dos Membros do Ministério Público - CONAMP ao referido PL 7/2016, De todo modo preocupa-se principalmente com a eiva de inconstitucionalidade e a própria inadequação dos resultados, caso o acréscimo proposto pelo artigo 12-B seja aprovado.

A dialética, sem dúvida, é a mais adequada ferramenta da efetividade no cumprimento da missão constitucional dos membros do Ministério Público, por isso a presente manifestação passa primeiro pela explicitação das conclusões do Senador Aloysio Nunes Ferreira:

*"Por fim, ainda no desfecho da análise de constitucionalidade, talvez o ponto mais sensível seja o conjunto de normas **trazidas pelo art. 12-B, em que se estende aos delegados de polícia a competência, hoje ostensivamente jurisdicional, de conceder medidas protetivas de urgência**, observadas as circunstâncias fáticas e processuais do caso.*

Com efeito, trata-se de temática das mais altivas, uma vez que, de todos os elogios em torno do bem sucedido processo de construção e aplicação da Lei Maria da Penha, talvez uma de suas propostas mais ousadas e, ao mesmo tempo, inovadoras, foi justamente prever espécie sui generis de medidas cautelares – a que o legislador nominou de Medidas Protetivas de Urgência – ora de natureza criminal, ora cível, e até mesmo de natureza dúplice.

Nesse sentido, é consenso tratar-se de um dos maiores avanços no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher no Brasil, previstas de forma não taxativa nos artigos 22 (Medidas Protetivas de Urgência que obrigam o agressor), 23 e 24 (Medidas Protetivas de Urgência à ofendida).

São, à toda evidência e sobre o que não paira margem de dúvida, medidas voltadas ao juiz, a quem competirá deferi-las separadamente ou em conjunto, a pedido da vítima ou do Ministério Público, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

Podem ser elas, por exemplo, o afastamento do agressor do lar, a proibição de contato e aproximação com a vítima, a suspensão de visitas aos dependentes e a prestação de alimentos provisionais, para citar algumas.

Dentre essas previstas nos citados dispositivos, o PLC ora em análise pretende estender as seguintes à autoridade policial:

Art. 22. Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos desta Lei, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, as seguintes medidas protetivas de urgência, entre outras:

(...)

III - proibição de determinadas condutas, entre as quais:

a) aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor;

b) contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação;

c) frequência de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida;

Art. 23. Poderá o juiz, quando necessário, sem prejuízo de outras medidas:

I - encaminhar a ofendida e seus dependentes a programa oficial ou comunitário de proteção ou de atendimento;



Associação Paulista
do Ministério Público

II - determinar a recondução da ofendida e a de seus dependentes ao respectivo domicílio, após afastamento do agressor;

Observa-se claramente que referidas medidas cautelares têm por finalidade impor restrições de direito a supostos agressores e salvaguardar a integridade física e psicológica das vítimas e dependentes. Algumas das quais têm natureza tipicamente penal. Outras, cível.

Nesse sentido, argumenta-se, em determinados foros, que a atribuição de medidas cautelares administrativas dessa natureza afetaria cláusula de reserva de jurisdição e do juiz natural, e, portanto, haveria inconstitucionalidade material da proposta.

Não nos alinhamos a tal entendimento. Como substrato fático, socorremo-nos mais uma vez do Relatório Final da CPMI da Violência Doméstica. Note-se a seguinte passagem de seu texto:

"Não menos preocupante é a notícia, segundo o Relatório de Auditoria do TCU, de que o prazo para a concessão das medidas protetivas de urgência no Estado do Acre é de um a seis meses, tempo absolutamente incompatível com a natureza mesma desse instrumento. Compete ao Tribunal de Justiça, portanto, adotar as medidas cabíveis para a imediata reversão desse quadro e efetivo cumprimento das disposições legais."

Referido trecho revela algo inimaginável: a concessão de medida cautelar de urgência – que deveria ocorrer no prazo de 48 horas, segundo a própria Lei – em até 6 meses após o seu requerimento ao juiz. E mesmo nos casos em que as Medidas Protetivas de Urgência são concedidas com a celeridade que a lei exige, ainda assim seu cumprimento é prejudicado em razão de problemas estruturais, como a quantidade limitada de oficiais de justiça, dificuldades de deslocamento dos servidores públicos etc.

A solução proposta pelo PLC, portanto, merece ser ponderada e devidamente considerada, dada a realidade fática por meio da qual o primeiro contato da vítima é com a autoridade policial, a quem, muitas vezes, poder-se-ia desde logo permitir a concessão de cautelares de urgência visando à proteção maior, que é a integridade da vítima.

Ora, para além dessa discussão, a constitucionalidade da proposta merece os seguintes apontamentos.

Em primeiro lugar, temos claro que, a despeito do princípio que se influi da proteção a normas tendentes a abolir a separação dos Poderes (art. 60, § 4º, CF) e outras limitantes constitucionais à atuação do legislador infraconstitucional, a cláusula de reserva de jurisdição é tema polêmico. Quando se revela, de modo geral, está ostensivamente consignada no texto constitucional, mais especificamente quando da definição das atribuições, competências e prerrogativas de cada Poder republicano – cada qual com sua função típica e atípica.

Quando assim não o faz claramente o constituinte, abre-se margem a teses jurídicas variadas, construídas consoante o entendimento doutrinário de seu idealizador. Para uns, trata-se de princípio implícito. Para outros, não.



Associação Paulista
do Ministério Público

No caso em tela, o próprio Supremo Tribunal Federal (STF) já se posicionou acerca da consagração do princípio da reserva de jurisdição em assentada jurisprudência, porém somente quando ostensiva a atribuição de competência jurisdicional pelo constituinte.

Apenas a exemplo de nossa argumentação, destaca-se o julgamento do MS 23.452-1/RJ, datado de 16 de setembro de 1999, sob relatoria do Min. Celso de Mello. Seu voto, nesse mister, é emblemático: "POSTULADO CONSTITUCIONAL DA RESERVA DE JURISDIÇÃO: UM TEMA AINDA PENDENTE DE DEFINIÇÃO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. O postulado da reserva constitucional de jurisdição importa em submeter, à esfera única de decisão dos magistrados, a prática de determinados atos cuja realização, por efeito de explícita determinação constante do próprio texto da Carta Política, somente pode emanar do juiz, e não de terceiros, inclusive daqueles a quem se haja eventualmente atribuído o exercício de "poderes de investigação próprios das autoridades judiciais".

A cláusula constitucional da reserva de jurisdição - que incide sobre determinadas matérias, como a busca domiciliar (CF, art. 5º, XI), a interceptação telefônica (CF, art. 5º, XII) e a decretação da prisão de qualquer pessoa, ressalvada a hipótese de flagrância (CF, art. 5º, LXI) - traduz a noção de que, nesses temas específicos, assiste ao Poder Judiciário, não apenas o direito de proferir a última palavra, mas, sobretudo, a prerrogativa de dizer, desde logo, a primeira palavra, excluindo-se, desse modo, por força e autoridade do que dispõe a própria Constituição, a possibilidade do exercício de iguais atribuições, por parte de quaisquer outros órgãos ou autoridades do Estado. Doutrina. - O princípio constitucional da reserva de jurisdição, embora reconhecido por cinco (5) Juízes do Supremo Tribunal Federal - Min. CELSO DE MELLO (Relator), Min. MARCO AURÉLIO, Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, Min. NÉRI DA SILVEIRA e Min. CARLOS VELLOSO (Presidente) - não foi objeto de consideração por parte dos demais eminentes Ministros do Supremo Tribunal Federal, que entenderam suficiente, para efeito de concessão do writ mandamental, a falta de motivação do ato impugnado."

Ora, tratando-se, pois, de questão afeta à restrição de competência, nada mais acertado do que se impor a necessidade de sua expressão inequívoca no texto constitucional. Nessa linha, ainda outro precedente relevante:

"As Comissões Parlamentares de Inquérito não podem determinar a busca e apreensão domiciliar, por se tratar de ato sujeito ao princípio constitucional da reserva de jurisdição, ou seja, ato cuja prática a CF atribui com exclusividade aos membros do Poder Judiciário." (STF - Pleno - MS n.º 23.642/DF - Rel. Min. Néri da Silveira, decisão: 29-11-2000).

Dessa maneira, observa-se a necessidade recorrente de menção expressa na Constituição, em casos determinados, como, por exemplo:

Art. 5º.....

XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.



Associação Paulista
do Ministério Público

XII - é inviolável o sigilo de correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

LXI - ninguém será preso senão flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.

Mesmo nas hipóteses jurisprudenciais em que se admite a reserva de jurisdição implícita, ainda assim, observa-se latente o seu substrato normativo presente em redação, consideram-se situações em que se autoriza tal reserva jurisdicional, desde que sempre relacionadas aos direitos fundamentais maiores. Nesse sentido, por exemplo, fica claro que o STF entende que a decretação da indisponibilidade de bens é medida sujeita à reserva de jurisdição, não podendo ser decretada por autoridades administrativas, sequer por Comissões Parlamentares de Inquérito (MS nº 23.480/RJ, Rel. Min. Sepúlveda Pertence). Há uma interpretação bem fundamentada a respeito de garantias fundamentais:

Art. 5º.....

LIV - ninguém será privado da sua liberdade ou dos seus bens sem o devido processo legal.

Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

(...)

§ 3º Cabe à lei complementar estabelecer procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo judicial de desapropriação.

Portanto, não sendo explícita a reserva de jurisdição quanto a atribuições protetivas da vítima mulher em situação de violência doméstica e familiar, não há cogitar a inconstitucionalidade material da presente proposta. Mesmo porque a concessão de cautelares pela autoridade policial, além de necessária, deverá ser referendada, complementada ou revogada pela autoridade judicial a posteriori e a qualquer tempo.

Demais disso, há que se ponderar acerca da opção legítima do legislador em adotar a tutela cautelar no âmbito dos processos administrativos sancionadores, em determinados e específicos casos.

Não faltam exemplos no ordenamento jurídico nacional:

a) Lei nº 8.112, de 1990 - Regime Jurídico Único dos Servidores da União; b) Lei nº 8.906, de 1994 - Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB): art. 70, § 3º ; c) Lei nº 9.472, de

1997 – Lei Geral de Telecomunicações: art. 175, par. Único; d) Lei n° 9.784, de 1999 - Processo Administrativo Federal: art. 45. (...)

(...)

É certo que, por se tratarem de medidas de natureza estritamente excepcional, é certo que a sua concessão vincula-se ao atendimento pleno dos requisitos previstos no ordenamento jurídico: periculum in mora, fumus boni iuris, proporcionalidade, contraditório e motivação.

O mesmo, seguramente, não se deverá sonegar quanto às novas atribuições cautelares da autoridade policial. (grifos não originais).

Não há discordância quando se aquilata a autoridade policial papel relevantíssimo na solução de conflitos, muita vez desempenhando de modo solitário a atividade estatal, servindo, aliás, como único elo entre o cidadão e o Estado.

De outra banda, o momento atual é proveitoso para que se empreendam todos os esforços de modo que nenhuma diferença de gênero sirva de opressão e violência à dignidade da pessoa.

Infelizmente o ideal ainda não está próximo, mas nenhuma medida pode, por mais franca que seja a intenção da proposta, malferir a Constituição Federal.

Mais inadequada ainda, data vênua, é a justificativa calcada na suposta ineficiência da organização judiciária percebida no Estado do Acre, conforme descrição feita no Relatório Final da CPMI da Violência Doméstica.

Direitos e garantias fundamentais não podem ser tangenciados ao sabor das contingências, pois são mais elevados e transcendem à desorganização dos poderes públicos e dos serviços estatais.

Reafirma-se, o PLC 7/2016, ao pretender inclusão do artigo 12-B e ao texto da Lei 11.340/2006, não representará ampliação das medidas protetivas à Lei Maria da Penha.



Associação Paulista
do Ministério Público

Isso porque o exame do referido dispositivo revela em si alta dose de inconstitucionalidade.

Com efeito, a lei em questão resgata a etimologia do vocábulo polícia/política/pólis, reservando sim a essa autoridade a salvaguarda de um ambiente cidadão e sem violência.

É de se perguntar, primeiramente, quem é essa autoridade policial?

Sabe-se que há locais em nosso país em que a presença da autoridade policial resume-se à Polícia Militar. Então é questionável saber se também membros daquela corporação poderiam adotar as medidas sugeridas.

Poder-se-ia superar tal dúvida, a despeito do texto não deixar isso bem claro, mas também o delegado de polícia não pode receber essa autorização pretendida.

Isso porque a sua atividade típica volta-se precipuamente a auxiliar o poder judiciário na aplicação da lei penal e a responsabilização de seus transgressores.

Além disso, quando se pensa na proteção contra a violência doméstica, a Polícia Civil a cada dia mais se aproxima das vítimas, resgatando a credibilidade do Estado na proteção da mulher e da família.

A estrutura da Lei 11.340/2006 é bastante expressiva neste particular, notadamente no artigo 10 que dá à Polícia o poder-dever de tomar providências imediatas e variadas contra a violência doméstica e familiar.

Contudo, toda providência estatal, dentre elas as que venham a ser adotadas pela autoridade policial, deve observar rigorosamente os limites da legalidade estrita e, mais ainda, devem estar em conformidade com a Constituição Federal.



Associação Paulista
do Ministério Público

É por isso que se autoriza o ingresso em local no qual esteja ocorrendo violência doméstica, a prisão em flagrante, condução de vítimas à delegacia ou estabelecimentos de saúde.

Os poderes da autoridade policial são amplos e demarcados, tendo inclusive a responsabilidade de fiscalizar descumprimento de medida protetiva deferida (art. 10, parágrafo único).

Essa é a proporcionalidade almejada no constitucionalismo moderno (Suzana de Toledo Barros – O princípio da proporcionalidade e o controle de constitucionalidade das leis restritivas de direitos fundamentais e Gilmar Mendes Ferreira – Hermenêutica constitucional e direita fundamental), do qual se espera resposta mais adequada a quem de qualquer modo queira desafiar a decisão e o princípio da reserva judicial.

Providências de maior efetividade à proteção pretendida, pois a lei de prevenção e combate à violência doméstica, aliás, avança em enumerar múltiplas opções, conforme o art. 11 (v.g. garantia de proteção policial, acompanhar a ofendida para retirada de seus pertences e outras).

Contudo, a ação estatal não pode, a despeito da árdua luta contra a violência doméstica, permitir que se atribua competência a autoridade policial na adoção de quaisquer medidas protetivas de urgência, como insinua o artigo 12-B tal qual previsto no PLC 7/2016.

O teor do referido dispositivo revela:

“Art. 12-B. Verificada a existência de risco atual ou iminente à vida ou integridade física e psicológica da vítima ou de seus dependentes, a autoridade policial, preferencialmente da delegacia de proteção à mulher, poderá aplicar provisoriamente, até deliberação judicial, as medidas protetivas de urgência previstas no inciso III do art. 22 e nos incisos I e II do art. 23 desta Lei, intimando desde logo o ofensor.”



Associação Paulista
do Ministério Público

§ 1º O juiz deverá ser comunicado no prazo de vinte e quatro horas e poderá manter ou rever as medidas protetivas aplicadas, ouvido o Ministério Público no mesmo prazo.

§ 2º Não sendo suficientes ou adequadas as medidas protetivas previstas no caput, a autoridade policial representará ao juiz pela aplicação de outras medidas protetivas ou pela decretação da prisão do autor.

§ 3º A autoridade policial poderá requisitar os serviços públicos necessários à defesa da vítima e de seus dependentes.”

O inciso III do artigo 22 e os incisos I e II do artigo 23 da Lei 11.340/2006, se aprovado e sancionado for o projeto de lei, dará à autoridade policial poder de decidir pela aplicação das medidas, para somente depois remeter ao Poder Judiciário.

Vê-se na aprovação alta dose de prejuízo à defesa da intangibilidade do princípio da reserva judicial.

Discorda-se de que o princípio da reserva judicial tenha que ser sempre ostensivo, especialmente no que diz respeito à efetividade dos direitos fundamentais, conforme parece ter concluído o Relatório do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Os exemplos colacionados no relatório revelam por certo esse posicionamento, mas isso não credita que a reserva judicial sempre precisa ser explícita.

A temeridade ainda é mais candente quando se analisa em interpretação extensiva ou analógica o teor literal da norma. Com efeito, confirmam-se os seguintes termos:

Art. 22. Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos desta Lei, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, as seguintes medidas protetivas de urgência, **entre outras**:

(...) III - proibição de determinadas condutas, entre as quais:

- a) aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor;
- b) contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação;
- c) frequência de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida; (grifos não originais)

Há ainda outro dispositivo:

Art. 23. Poderá o juiz, quando necessário, **sem prejuízo de outras medidas**:

I - encaminhar à ofendida e seus dependentes a programa oficial ou comunitário de proteção ou de atendimento;

II - determinar a recondução da ofendida e a de seus dependentes ao respectivo domicílio, após afastamento do agressor;

Vê-se, pois que a autoridade policial, principalmente no exame do artigo 22 supra, poderá transcender a legalidade estrita, dado que o referido dispositivo deixa a seu juízo a escolha não somente as medidas sugeridas, mas qualquer outra que pareça adequada e ao seu juízo.

Essa possível interpretação mais extensiva coloca em risco ou pelo menos mantém uma espécie de conflito ou colisão entre os direitos fundamentais dos envolvidos.

A legalidade estrita deve ser exigida, principalmente da autoridade que está mais próximo das situações acaloradas e flamejantes sabidamente experimentadas no trato da proteção a família.

O próprio texto da Lei Maria da Penha exacerba esse risco, pois a análise do conjunto de medidas protetivas entre os artigos 18 e 24 da Lei 11.340/2006 sugere vários exemplos, que poderão ser tomados pela autoridade policial: I –

[M1] Comentário: O princípio constitucional da reserva de jurisdição se refere a atos cuja efetivação a Constituição Federal atribuiu, com absoluta exclusividade, aos membros do Poder Judiciário. O postulado da reserva constitucional de jurisdição - consoante assinala a doutrina - importa em submeter, à esfera única de decisão dos magistrados, a prática de determinados atos cuja realização, por efeito de verdadeira discriminação material de competência jurisdicional fixada no texto da Carta Política, somente pode emanar do juiz, e não de terceiros, inclusive daqueles a quem se hajam eventualmente atribuído "poderes de investigação próprios das autoridades judiciais". Isso significa - considerada a cláusula de primazia judiciária que encontra fundamento no próprio texto da Constituição - que esta exige, para a legítima efetivação de determinados atos, notadamente daqueles que impliquem restrição a direitos, que sejam eles ordenados apenas por magistrados.

Fontes: J. J. GOMES CANOTILHO, "Direito Constitucional e Teoria da Constituição", p. 580 e 586, 1998, Almedina, Coimbra

Bad Robot 9 anos atrás



Associação Paulista
do Ministério Público

suspensão da posse ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente, nos termos da Lei no 10.826, de 22 de dezembro de 2003; II – afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida; III – proibição de determinadas condutas, entre as quais: a) aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor; b) contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação; c) frequentação de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida; IV – restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar; V – prestação de alimentos provisionais ou provisórios. VI – encaminhar a ofendida e seus dependentes a programa oficial ou comunitário de proteção ou de atendimento; VII – determinar a recondução da ofendida e a de seus dependentes ao respectivo domicílio, após afastamento do agressor; VIII – determinar o afastamento da ofendida do lar, sem prejuízo dos direitos relativos a bens, guarda dos filhos e alimentos; IX – determinar a separação de corpos. X restituição de bens indevidamente subtraídos pelo agressor à ofendida; XI – proibição temporária para a celebração de atos e contratos de compra, venda e locação de propriedade em comum, salvo expressa autorização judicial; XII – suspensão das procurações conferidas pela ofendida ao agressor; XIII – prestação de caução provisória, mediante depósito judicial, por perdas e danos materiais decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a ofendida.

Ora, se não são as únicas possibilidades, aí está o forte potencial danoso à própria família, já que apressadamente, por exemplo, poderá retirar do suposto transgressor seu direito de ficar em seu domicílio e em companhia de seus filhos.

Não se está minimizando a proteção pretendida aos olhos da lei, mas essa marca teleológica se estranharia à luz do conteúdo previsto no artigo 1º da Lei Maria da Penha.

Nessa premissa de necessária participação do Ministério Público e decisão do Poder Judiciário é que se vê a cada dia mais e mais varas e promotorias especializadas em repressão e proteção a violência doméstica.

De fato a legalidade estrita é uma das formas mais importantes na defesa da cidadania plena em face do Estado e disso o legislador não pode se afastar, como insinua o artigo 12 inciso II do PL7/2016.

Em sociedades democráticas isso é básico, pois nos permite considerar o quão temerária é a liberdade dada à autoridade policial que, em resumo, irá isoladamente limitar e restringir os direitos fundamentais.

Sobre isso já se afirmou que a Constituição brasileira de 1988, não prevê expresso procedimento sobre restrição de direitos fundamentais. Contudo, a doutrina é a cada vez mais favorável à limitação legítima quando se preserve o núcleo dos direitos fundamentais, o que, via de regra, ocorre no juízo de proporcionalidade e na proibição de restrições casuístas.

Assim, é de se ter em conta que essa reserva ao Poder Judiciário dessas medidas protetivas estaria o legislador deixando o cidadão mais protegido ante ao poder público.

O conhecimento dessas regras em outras democracias é útil para o deslinde da questão e nisso a invocação da Constituição Portuguesa que em seu artigo 18 é extremamente cuidadosa nas restrições a direitos fundamentais.

Artigo 18.º (Força jurídica)



Associação Paulista
do Ministério Público

1. Os preceitos constitucionais respeitantes aos direitos, liberdades e garantias são diretamente aplicáveis e vinculam as entidades públicas e privadas.

2. A lei só pode restringir os direitos, liberdades e garantias nos casos expressamente previstos na Constituição, devendo as restrições limitar-se ao necessário para salvaguardar outros direitos ou interesses constitucionalmente protegidos.

3. As leis restritivas de direitos, liberdades e garantias têm de revestir carácter geral e abstracto e não podem ter efeito retroactivo nem diminuir a extensão e o alcance do conteúdo essencial dos preceitos constitucionais.

Ora o aprendizado que se deve tirar do item 3 do referido dispositivo luso é grandioso, não há como deixar-se nas mãos da autoridade policial que decida segundo seu próprio juízo a medida protetiva que lhe pareça adequada, especialmente quando se reserva a autoridade policial mecanismos uteis nos casos mais graves e iminentes, v.g. prisão em flagrante, que dispensa como se sabe qualquer ordem prévia.

Não se pode flexibilizar quando se trata de direito fundamental, por isso que o acréscimo pretendido, por certo trará muito mais dissabores a sociedade brasileira que se mantém nunca como antes no combate a violência doméstica.

São Paulo 14 de junho de 2016.

FELIPE LOCKE CAVALCANTI

Presidente da APMP

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Brasília, 12 de julho de 2016.

Senhor Márcio Sergio Christino, 1º Vice-Presidente da
Associação Paulista do Ministério Público – APMP,

Em atenção ao Ofício APMP nº 174/2016 - Secretaria,
de Vossa Senhoria, encaminhado a esta Secretaria-Geral pela
Presidência do Senado, informo que a referida manifestação foi
encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do
Senado Federal para ser juntada ao processado do PLC nº 7, de 2016,
que *“Acrésceta dispositivos à Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006,
para dispor sobre o direito da vítima de violência doméstica de ter
atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado,
preferencialmente, por servidores do sexo feminino, e dá outras
providências.”*, que se encontra atualmente naquele órgão.

Atenciosamente,



Luiz Fernando Bandeira de Mello
Secretário-Geral da Mesa
